

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO
RECURSO IMPETRADO PELA EMPRESA
CARMEM SILVIA GOMES SANCHES ME
RELATIVO A INABILITAÇÃO NAS SUBÁREAS
“DESIGN GRÁFICO” E “DESIGN DE PRODUTO”
NO PROCESSO DO EDITAL DE
CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS
PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE
CONSULTORIA E INSTRUTORIA NR 01/2018 –
SEBRAE/MT.**

A Comissão Responsável pela Avaliação, Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital, prevista no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN n.º 213, de 18 de maio de 2011), apresenta devidamente instruída, sua análise com relação ao **RECURSO** requerido pela empresa **CARMEM SILVIA GOMES SANCHES ME**.

1. DO RECURSO

Trata-se de Recurso impetrado pela empresa **CARMEM SILVIA GOMES SANCHES ME** contra sua não habilitação em uma das subáreas propostas, qual seja, “DESIGN GRAFICO” e “DESIGN DE PRODUTO” em Edital de Credenciamento promovido pelo SEBRAE/MT. O recurso foi recebida tempestivamente em 12/11/2018, via e-mail.

A recorrente **CARMEM SILVIA GOMES SANCHES ME**, alegou em apertada síntese:

1. Que solicita a reanálise dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados, pois alega ter enviado um número de horas maior que o requerido no Edital e que já atua em outros estados (AP, AC, RO), no Sebraetec também. Assim entende que o nr de horas apresentados nos Atestados comprovam o mínimo de 200hs, requerido para a habilitação. Que encaminhou a documentação para habilitação de Victor Mattos Marangoni como membro da equipe técnica.;
2. Pede revisão e correção da inabilitação.

É o relatório.

2. DO JULGAMENTO

2.1 - PRELIMINARMENTE

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Mato Grosso – SEBRAE/MT é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob forma de serviço social autônomo, não fazendo parte do Poder Público, executando-se assim suas atividades calcadas em planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Cabe frisar que o **Sistema SEBRAE é regido pelo Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE**, publicado no D.O.U em 16/9/98 (atualização - D.O.U. em 26/05/2011), regulamento este que teve respaldo do EG. TCU – Tribunal de Contas da União, conforme se depreende da Decisão nº 907/97 - Plenário - Ata 53/97 - Processo nº TC 011.777/96-6 – Min. Lincoln Magalhães da Rocha:

“Portanto, é razoável que os serviços sociais autônomos, embora não integrantes da Administração Pública, mas como destinatários de recursos públicos, adotem, na execução de suas despesas, regulamentos próprios e uniformes, livres do excesso de procedimentos burocráticos...”

Saliente-se, que em Sessão no TCU, em 23.03.98, o Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha comunicou o Tribunal que havia recebido a minuta do regulamento elaborada pelo "Sistema S" e que estava submetendo a um Grupo de Trabalho formado por servidores daquele Tribunal, lotados na 6º SECEX, 7º SECEX e SAUDI, e, que, feitas as adequações sugeridas pelo Grupo o Trabalho do TCU, "ocorreu nova reunião, com participação de integrantes do "Sistema S", onde consolidou-se uma Minuta de Regulamento de Licitações", conforme registrado pelo Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha no item 5 do seu VOTO, referente à decisão mencionada, levando-se em consideração que a minuta de Regulamento de Licitações Contratos foi submetida àquela Colenda Corte de Contas, em Sessão de 22.07.98 (Decisão nº 461/98-TCU-Plenário), através o processo TC-001.620/98-3, relatado pelo Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, tendo o Tribunal "recebido a minuta do Regulamento", integralmente transcrita no Relatório daquele eminente Ministro, publicado no D.O.U de 07.08.98, e ratificado o entendimento objeto da citada Decisão nº 907/97, considerando, também, que as 02 (duas) sugestões oferecidas pelo eminente Relator do processo TC 001620/98-3, constantes de seu Voto, foram inseridas de imediato no Regulamento.

Tudo isso para registrar, que desde 16/09/98, data da publicação no DOU, do Regulamento do Sistema SEBRAE, **é esse Regulamento, atualizado em 26/05/2011, que dá suporte legal às licitações e contratos**, de atos firmados pelo SEBRAE/MT e Sistema SEBRAE, **e não a Lei 8.666/93**.

2.2. DO MÉRITO

Sob a análise e julgamento do recurso, passamos a expor:

Da análise realizada, vemos que assiste razão parcial à empresa, visto que após reanálise foi constatado que os atestados apresentados vieram sem nr de horas e sem período de execução para tentativa de cálculo no nr de horas, relatam:

- 1- Referente aos atestados para ÁREA : Inovação, SUBÁREA: Design de Produto, foram apresentados atestados das empresas : JASKIU e Contrato Sebraetec/RO, com descritivo das ações, porém sem período de execução e sem nr de horas; MAIS FRUTAS e Contrato Sebraetec/RO, com descritivo das ações, porém sem período de execução e sem nr de horas; CACOAL FRUTAS e Contrato

Sebraetec/RO, com descritivo das ações; Contrato Sebraetec/AC TEC1120160006, e SUBÁREA Design Gráfico com descritivo das ações, porém sem período de execução e sem nr de horas, possui uma Ordem de Demanda, que foi conseguida através do contato com Sebrae /AC. Após contatos com Sebrae RO e AC, foi evidenciado o volume de horas atendidas nos respectivos contratos citados e podemos concluir que os atestados atenderam à solicitação do edital.

- 2- A solicitação de vínculo social ou trabalhista com o membro da equipe técnica Victor Mattos Marangoni, a empresa apresentou cópia do contrato de prestação de serviços de profissional autônomo. O referido documento não atende às especificidades requeridas no Edital conforme item 4.3 e 4.4 onde tratam da indicação de um sócio ou empregado, como membro da equipe técnica.

Em razão do exposto, bem como detalhamento dos serviços prestados, conforme os Atestados apresentados, através de informações feitas por diligências efetuadas, a Comissão Responsável pela Avaliação, Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital do SEBRAE/MT pode concluir que a empresa deve ser habilitada nas subáreas DESIGN GRÁFICO e DESIGN DE PRODUTO, da área de INOVAÇÃO, então recomendamos à autoridade competente considerar **PROCEDENTE PARCIAL** o recurso apresentado.

Para a subárea NEGÓCIOS DIGITAIS da área de MARKETING E VENDAS permanece a mesma decisão de inabilitação da empresa por não ter atendido item 4.3 e 4.4 do Edital de Credenciamento, uma vez que não comprovou o vínculo da pessoa indicada para Equipe Técnica, que conforme Edital deve ser sócio ou empregado da empresa.

Cuiabá/MT, 28 de novembro de 2018.

Comissão Responsável pela Avaliação e Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital SGF 01/2018:

[Documento original assinado no processo]

Zaira de Melo Pereira
Presidente da Comissão

[Documento original assinado no processo]

Jonilson Anelli
Membro da Comissão

[Documento original assinado no processo]

Adriana Rodrigues da Silva
Membro da Comissão

Em 28 de novembro de 2018, eu Diretor-Superintendente do SEBRAE/MT, após a análise, concordo com a recomendação da Comissão e considero **PROCEDENTE O RECURSO**, apresentada pela empresa **CARMEM SILVIA GOMES SANCHES ME**, retificando a decisão para considerar a empresa APTA nas subáreas: DESIGN DE PRODUTO e DESIGN GRÁFICO.

Cuiabá/MT, 28 de novembro de 2018

[Documento original assinado no processo]

JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO

Diretor Superintendente do SEBRAE em Mato Grosso